

HÁ UM DESPERTAR POLÍTICO PARA A CRISE CLIMÁTICA? UMA ANÁLISE A PARTIR DOS PLANOS DE GOVERNO DOS PREFEITOS ELEITOS EM 2024 NO VALES DO RIO TAQUARI E RIO PARDO

Marco Andre Cadona
João Pedro Schmidt
Luis Carlos Stephanou
Helena de Moura Vogt

GRUPO DE TRABALHO: GT7: Emergência climática, transição energética e ecodesenvolvimento:

RESUMO

Neste trabalho colocamos em questão a importância da crise climática nos planos de governo de prefeitos/as eleitos/as em 2024, em municípios atingidos pelas enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. Tomando como referência os planos registrados no TSE pelos/as candidatos/as eleitos/as em dez municípios localizados nos Vales do Rio Pardo e Rio Taquari, analisamos os compromissos formalizados pelos/as prefeitos/as eleitos/as com relação à agenda climática, mas também os projetos políticos implicados nesses compromissos. Projeto político, na concepção adotada, designa a construção, a expressão e a transmissão de significados que integram matrizes políticas e ideológicas mais amplas, de sujeitos políticos em situação de conflito. Nossa linha conclusiva, resultante da análise dos planos de governo, é que os/as prefeitos/as eleitos/as expressam projetos políticos que, apesar de serem formulados no contexto de multiplicação de evidências de agravamento das crises climática e ambiental, desconhecem os alertas da ciência do clima, de autoridades climáticas e da legislação nacional, ao apresentarem propostas de reconstrução e de adaptação desvinculadas de estratégias de mitigação climática.

Palavras-Chave:

Enchentes; Eleições Municipais de 2024; Prefeitos Eleitos; Planos de Governo; Projeto Político; Mitigação e Adaptação Climáticas.

1 INTRODUÇÃO

Colocamos em questão, no artigo, a importância da crise climática nos planos de governo de prefeitos/as eleitos/as em 2024, em municípios que foram atingidos pelas enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. Tomamos como referência empírica os planos de governo apresentados pelos/as candidatos/as eleitos/as, em dez

municípios localizados nos vales do Rio Pardo e Rio Taquari: Candelária, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Roca Sales, Sinimbu e Venâncio Aires. E analisamos não somente os compromissos assumidos pelos/as candidatos/as eleitos/as com a agenda climática, mas também os projetos políticos implicados nesses compromissos.

Importante destacar que, já em 2023, atingindo principalmente municípios do Vale do Rio Taquari, ocorreram grandes enchentes no Rio Grande do Sul. Nada se comparou, no entanto, com as que ocorreram em abril e maio de 2024, muito mais intensas e com efeitos e alcance até então inimagináveis. Em diferentes regiões do estado, dentre elas os Vales do Rio Pardo e do Rio Taquari, parcelas muito significativas da população foram severamente atingidas, com danos e perdas em moradias e bens materiais, prejuízos em atividades econômicas, comprometimento de projetos pessoais e familiares, além de danos e perdas em infraestrutura e equipamentos públicos.

Apenas para ilustrar, o quadro abaixo indica a percentagem da população diretamente atingida nos municípios considerados na análise aqui apresentada. Como pode ser observado, 67.514 pessoas foram diretamente atingidas, representando 23,6% da população total dos dez municípios. Em Cruzeiro do Sul, Estrela, Roca Sales e Muçum, esse índice superou os 50%, chegando aos 74,5% nesse último município. Destaque-se, no entanto, que toda a população nesses municípios foi direta ou indiretamente atingida; sofrendo os efeitos das enchentes, afetada que foi com perdas econômicas e sociais mais amplas, incluindo o fato de praticamente todos conhecerem alguma família diretamente impactada (Quadro 1).

QUADRO 1 – População total e população afetada pelas enchentes de 2024, em municípios selecionados.

Municípios	População afetada	Total da população no município	Percentagem de população afetada
Candelária	2.576	28.906	8,9
Cruzeiro do Sul	5.852	11.600	50,4
Encantado	6.750	22.962	29,4
Estrela	17.655	32.183	54,9
Lajeado	12.550	93.646	13,4
Marques de Souza	1.595	3.969	40,2

Muçum	3.429	4.601	74,5
Roca Sales	5.553	10.418	53,3
Sinimbu	974	8.578	11,4
Venâncio Aires	10.580	68.763	15,4
Total dos municípios	67.514	285.626	23,6

Fonte: IBGE, 2024. Dados organizados pela equipe da pesquisa.

Diante das consequências das enchentes nos municípios, as ações dos governos, tanto municipais quanto estadual e federal, tiveram grande importância. A observação empírica nos diferentes municípios atingidos, porém, revelou que as ações dos governos municipais, juntamente com as organizações locais, foram fundamentais na avaliação dos impactos, na mobilização do apoio emergencial às pessoas, famílias e comunidades atingidas, na organização do trabalho de voluntários, no recebimento e distribuição de donativos, na recuperação inicial da infraestrutura. A própria eficácia das ações dos governos estadual e federal, em grande parte, dependeram da ação dos governos locais, que definiram as necessidades mais emergentes e mediarão os interesses e demandas locais.

Há amplo consenso na comunidade científica que as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul tiveram relação direta com as alterações globais do clima (World Weather Attribution, 2024). Uma compreensão, inclusive, aceita pela percepção pública da população gaúcha. Como atestou pesquisa realizada pela empresa Quaest no Rio Grande do Sul, divulgada em maio de 2024, segundo a qual 99% dos pesquisados acreditavam que as enchentes tinham ligação com as mudanças climáticas; dentre os quais 64% afirmaram que essa relação era “total”, 30% que era “em partes” e 5% que havia “um pouco” de relação (Petró, 2024).

Ganha importância, assim, compreender se, além da participação ativa nas ações de socorro e de apoio às vítimas após os eventos climáticos extremos, os governos municipais priorizam em suas agendas políticas o enfrentamento das mudanças climáticas. As eleições municipais de 2024, ocorridas apenas cinco meses após as enchentes, proporcionaram aos partidos e lideranças políticas a oportunidade de apresentar aos eleitores suas propostas sobre o tema climático. E, aos eleitores, a possibilidade de avaliar a ação dos governos que estiveram à frente das ações locais

de apoio às vítimas e de reconstrução dos municípios após as enchentes; optando entre a continuidade ou a renovação política, tanto no legislativo quanto no executivo.

As eleições municipais de 2024, nesse sentido, colocaram-se como “janelas de oportunidade política” (Kingdon, 2003) na discussão e na formulação de agendas municipais de mitigação e adaptação climáticas. Um momento político, portanto, para o problema climático ser reconhecido, soluções possíveis serem discutidas e elaboradas, condições adequadas para a implementação de políticas governamentais serem construídas. Sejam governos e mandatos de continuidade, sejam de renovação política, a partir de 2025 novas composições do executivo e do legislativo estão à frente nos governos municipais. Essas novas composições políticas têm tarefas com um diferencial histórico em relação às anteriores: além das tarefas constitucionais em diferentes âmbitos das políticas públicas, estão diante do desafio de apresentar inovações que resguardecam a população aos riscos de novos desastres climáticos.

Assim, a análise dos resultados das eleições municipais de 2024 pode contribuir para esclarecer um conjunto relevante de questões relativas à inclusão do tema climático nas agendas políticas municipais. As enchentes foram capazes de mobilizar o interesse político dos/as candidatos/as aos executivos municipais? Que compromissos políticos esses/as candidatos/as assumiram nos planos de governo apresentados aos eleitores? Que projetos políticos, visando à mitigação e à adaptação climáticas dos municípios, sustentaram os compromissos políticos que assumiram? Essas são as questões que orientam a análise que apresentamos, relativa aos/as candidatos/as que foram eleitos/as prefeitos/as em dez municípios mais atingidos pelas enchentes nos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo.

2 CRISE CLIMÁTICA E PROJETOS POLÍTICOS DOS GOVERNOS MUNICIPAIS

Eventos climáticos extremos, como é caso das enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul em 2024, se manifestam com cada vez maior frequência em escala global. E não são somente as enchentes que comprovam que importantes mudanças climáticas estão em curso em todo o planeta. Nos primeiros dias de setembro de 2024, 37.492 focos de incêndio foram registrados no Brasil, criando uma nuvem de fumaça que alcançou diferentes regiões do país (Sinimbú, 2024). No final de outubro de 2024,

chuvas torrenciais (em apenas oito horas choveu o equivalente ao volume anual de precipitação) ocorridas na região de Valência, na Espanha, mataram mais de 200 pessoas (ANF, 2024). Nos Estados Unidos, Austrália, Canadá, os incêndios se tornaram rotineiros; e nove dos dez maiores incêndios registrados no planeta a partir de 1930 ocorreram nas duas últimas décadas. Em 2022, a Europa registrou uma onda de calor que causou a morte de 70 mil pessoas. Furacões, ciclones, tornados, tempestades aumentaram em frequência e na capacidade destrutiva nas últimas décadas. Secas, em diferentes partes do planeta tornaram-se recorrentes e mais prolongadas. Ondas de frio extremo atingiram o Leste da Ásia e da América do Norte no final de 2020 e durante 2021. Chuvas extremas ocorrem com frequência na China, no Brasil, no Paquistão, na Índia, em Bangladesh, no Sudão, na Nigéria, na Alemanha (Schmidt, 2024).

Embora fenômenos globais, os eventos climáticos extremos têm consequências que são vivenciadas de modo diferente local e regionalmente, exigindo que esses espaços também atuem visando à mitigação e à adaptação climáticas (Beck, 2002). As agendas globais, bem como o comprometimento político das instituições globais e dos países, com a construção de políticas climáticas globais, são essenciais. Porém, local e regionalmente as agendas climáticas também são fundamentais. Por um lado, para que as próprias agendas construídas nacional e globalmente possam ser “territorializadas”, adaptadas e aplicadas nas escalas locais e regionais. Por outro lado, por que os espaços locais e regionais, a partir de suas particularidades e de suas singularidades territoriais, precisam ter estratégias próprias e adequadas, visando a implementação de ações de mitigação e de adaptação climáticas.

Assim, a construção de agendas climáticas nos espaços locais e regionais ganha maior importância. Agendas que compreendam políticas e ações comprometidas: com a produção de conhecimento, ampliando a compreensão dos impactos das mudanças climáticas nos territórios; com a discussão e o monitoramento dos impactos das emergências climáticas nos territórios; com o fortalecimento da articulação sociopolítica, de modo a garantir a participação da sociedade civil nos espaços de tomada de decisão; com a definição de planos climáticos adequados às necessidades locais e regionais; com a pactuação em torno de padrões de

desenvolvimento que concilie o interesse econômico com o interesse de preservação e de conservação do meio ambiente.

Daí o porquê de os governos locais também se comprometerem com a construção de suas agendas climáticas. Há uma dimensão normativa que se coloca nessa necessidade. Como enfatiza Schmidt, “não há dúvidas, do ponto de vista racional, que as mudanças do clima devem ser o problema político nº 1”; pois “elas colocam em risco a nossa sobrevivência”, exigindo que os “demais problemas” sejam “alinhados a partir dele e aos objetivos de criar um modo de vida compatível” com a necessidade de frear o aquecimento global e mitigar as mudanças climáticas (Schmidt, 2024, p. 14-5).

Ganha importância, nesse sentido, a compreensão de como os governos municipais constroem suas agendas políticas de enfrentamento às crises climática e ambiental. Preocupando-se não somente com respostas ao como as mudanças climáticas entram na agenda política dos governos municipais; mas também com a política propriamente dita, ou seja, com a compreensão de como se constrói a consciência coletiva entre os governantes sobre a necessidade de enfrentar os desafios colocados pelas mudanças climáticas. Como indica Stone:

Os problemas são definidos na política para atingir metas – mobilizar o apoio para um lado em um conflito. Definir um problema é fazer uma declaração sobre o que está em jogo e quem é afetado e, portanto, definir interesses e a constituição de alianças. Não existe uma definição de problema apolítica (Stone, 2002, p. 231, tradução nossa).

Isso significa que os problemas, na definição de uma agenda governamental, são “representados estrategicamente” nas práticas políticas dos diferentes atores (sociais e políticos) que participam dessa definição, a partir do que são oferecidas interpretações sobre os problemas, ao mesmo tempo em que essas interpretações são defendidas contra possíveis interpretações conflitantes. No caso específico das mudanças climáticas, essas disputas entre diferentes representações podem se utilizar de “linguagens simbólicas”, podendo essas assumirem formas de narrativas simbólicas (narrativas de perdas econômicas, de prejuízos ao progresso, de controle sobre os agentes econômicos etc.) e narrativas numéricas (medidas a partir das quais procura-se legitimar a representação acerca dos significados de um problema). De

qualquer forma, a definição dos problemas, seus significados e as estratégias de enfrentamento, estão no centro dos conflitos e de toda atividade política que compreende a construção das agendas governamentais (Stone, 2002).

Assim, as agendas governamentais não podem ser analisadas apenas a partir do conjunto de questões prioritárias que um governo identifica como importantes e relevantes para a tomada de decisões e para a implementação de políticas públicas. É preciso também compreender quais são as representações, as concepções políticas e ideológicas que orientam esse processo de definição dos problemas, de tomada de decisões, de implementação. Trata-se, portanto, da necessidade de compreender quais são os *projetos políticos* que orientam as ações dos governantes.

Projeto político entendido como construção, expressão e transmissão de significados que integram matrizes culturais mais amplas de sujeitos políticos em situações de conflito. Essa é a noção utilizada por Evelina Dagnino, quando investiga os “dilemas da confluência perversa” entre dois projetos políticos em disputa no Brasil, no processo de “democratização” iniciado na década de 1980: o “projeto democratizante, participativo” e o “projeto neoliberal” (Dagnino, 2004). Projeto político, como indica a autora, como expressão do conjunto de “crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (Dagnino, 2004, p. 144).

A proposta de Dagnino, assim, coloca a noção de projeto político no centro de disputas simbólicas, constitutivas de toda disputa política, a partir das quais se definem as representações hegemônicas que não somente conduzem os processos decisórios no âmbito do Estado, mas também os processos sociopolíticos de construção do senso comum sobre o que deve ser a vida em sociedade. Como ela mesma analisa, no processo de democratização no Brasil, as disputas entre o projeto neoliberal e o projeto democratizante assumiram o “caráter de disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia” (Dagnino, 2004, p. 142). Referências comuns que, no entanto, abrigaram significados muito distintos, decorrentes esses das crenças, dos interesses, das concepções de mundo que orientaram os diferentes sujeitos em disputa naquele processo.

Essa concepção de projeto político torna-se fundamental para uma melhor compreensão das orientações políticas e ideológicas presentes no debate e na construção de políticas públicas que têm como objetivo enfrentar os problemas climáticos e ambientais. Num contexto histórico em que o ideário neoliberal alcançou a hegemonia na orientação das políticas governamentais, mesmo em governos assumidos por forças sociais e políticas outrora críticas a esse ideário, não se pode ignorar a força política e ideológica de concepções que se esforçam por encobrir a contradição ecológica do capitalismo¹; e que defendem o livre mercado como melhor forma de regulação entre economia e meio ambiente, além sustentarem a extensão progressiva da lógica de mercantilização da natureza.

O neoliberalismo, mais do que uma orientação política e ideológica de reformas governamentais, deve ser entendido como “um modo de regulação disciplinatório e como um regime de acumulação [...] que define os significados e os usos do espaço e dos recursos” (Buhler, Gautreau, Oliveira, 2020, p. 553). Nessa direção, pode-se falar de uma “neoliberalização da natureza”, que corresponde, por um lado, “ao prolongamento de um processo já antigo de mobilização de elementos da natureza na produção de bens”; e, por outro lado, “à transferência da responsabilidade da gestão e da conservação ambientais para o mercado e seus agentes” (Buhler, Gautreau, Oliveira, 2020, p. 554).

Um processo de “neoliberalização da natureza” que, no Brasil, permite que se perceba a tendência de esvaziamento das instituições estatais responsáveis pela regulamentação ambiental, a tendência de adoção de mecanismos de mercado para tratar os problemas ambientais,² a crescente mercantilização dos

¹ Como destaca Nancy Fraser, “[...] mais do que uma relação com o trabalho, o *capital também é uma relação com a natureza*, uma relação extrativa e canibal que consome cada vez mais a riqueza biofísica para acumular cada vez mais ‘valor’ enquanto denega as ‘externalidades’ ecológicas [...]” (Fraser, 2024, p. 102).

² Não é demais lembrar que, no momento em que esse artigo é escrito, o Congresso Nacional brasileiro discute um projeto de “licenciamento ambiental” que, dentre os pontos polêmicos: 1. dispensa o licenciamento ambiental para atividades agropecuárias; 2. permite que as licenças ambientais sejam emitidas apenas com base na autodeclaração do proprietário; 3. possibilita o licenciamento sem que a área esteja liberada para exploração hídrica; 4. retira o status de área protegida a terras indígenas e territórios quilombolas ainda não oficializados (Cassela, 2025).

“recursos ambientais”, mesmo a descentralização da tomada de decisões para esferas inferiores (Buhler, Gautreau, Oliveira, 2020, p. 555).

Sob o ponto de vista da construção de políticas climáticas e ambientais, que se traduzem em tendências também presentes nas conferências internacionais do meio ambiente, que de modo geral têm obtido questionáveis resultados práticos, há um deslocamento explícito da discussão das causas das crises climática e ambiental, para um campo de ações orientadas ao combate dos efeitos dessas crises. Atribuindo-se responsabilidades comuns abstratas e, inclusive, argumentando-se em favor de um conceito de “sustentabilidade orientada pelo mercado”, que deseja que as empresas capitalistas considerem os impactos socioambientais de suas ações (buscando estabelecer o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a proteção do meio ambiente e a justiça social), através da criação de produtos e serviços “sustentáveis”, da adoção de processos mais eficientes, de relações mais justas com o mercado consumidor. Como enfatiza Ribeiro:

A rigor, reforça-se uma visão interdependente entre economia e natureza, cujo significado não está em questionar o crescimento econômico, a exploração da natureza e os padrões de consumo vigentes, mas sim em reconhecer estes problemas e criar os mecanismos mais eficientes e menos impactantes regidos dentro da lógica de mercado no capitalismo (Ribeiro, 2012, p. 222).

Importante destacar que essas orientações neoliberais não são estranhas no contexto de discussão sobre as causas das enchentes e sobre as políticas de “reconstrução do Rio Grande do Sul”. A discussão sobre “agendas de reconstrução”, defendidas por amplos setores empresariais e, inclusive, assumidas por autoridades governamentais, relativizou as causas das enchentes, priorizando as ações de “volta à normalidade anterior” (Cadoná, 2024). Documentos produzidos pelas principais entidades empresariais no estado, entregues para autoridades governamentais do estado e do país, calaram-se em relação às causas das crises climática e ambiental. E defenderam um projeto de “reconstrução do Rio Grande do Sul” restrito ao reparo dos danos provocados pelas enchentes à iniciativa privada, através de medidas como, por exemplo: a suspensão temporária do pagamento de tributos; a criação de linhas

de crédito para as empresas; a suspensão, prorrogação e flexibilização de mecanismos regulatórios; a fiscalização mais branda; a flexibilização das legislação trabalhista e ambiental; a prorrogação e a suspensão de regulamentações ambientais (Cadoná, 2024).

Em relação às ações governamentais, em especial as do governo estadual, não se observou apenas despreparo diante dos efeitos das enchentes, ou a relativização de alertas sobre a necessidade de medidas preventivas. Coerentes com um histórico de descomprometimento com uma política de preservação ambiental, objetivado na aprovação de medidas de flexibilização da legislação ambiental,³ as ações do governo focaram no reparo aos danos, apostando em medidas favoráveis à “retomada” das condições de desenvolvimento econômico do estado (“volta à normalidade”). Como indicam Rizzotto, Costa, Lobato:

A tragédia desvelou o descaso das administrações do estado do Rio Grande do Sul, da capital Porto Alegre e de vários municípios, que adotaram políticas de estrangulamento do setor público e privatização de áreas de interesse público. Várias recomendações de medidas de prevenção haviam sido anunciadas por técnicos das áreas afins, mas pouco ou nada foi feito. O exemplo mais evidente foi o alerta, feito ainda em 2018, e agora tornado público, de que o sistema de bombeamento da cidade de Porto Alegre requeria manutenção urgente, sem a qual poderia falhar em uma provável enchente – foi exatamente o que aconteceu. Também falhou o sistema de comportas, que tinha visíveis fragilidades de manutenção. O prefeito da cidade desprezou todos os avisos dos servidores municipais [...]. O governador do estado [...], conhecido defensor do estado mínimo, quando cobrado sobre os avisos repetidamente anunciados sobre as fortes chuvas que viriam, manifestou que não investiu em prevenção porque o estado tinha “*outras agendas*” (Rizzotto, Costa, Lobato, 2024, p.1).

Havia “outras agendas”. Agendas comprometidas com a flexibilização das legislações ambientais. Mas também orientadas por um flerte que se tornou importante no comportamento político de muitos governantes brasileiros nos últimos tempos: o flerte, explícito ou implícito, com o negacionismo climático. Uma atitude

³ O governo de Eduardo Leite aprovou, em 2019, alterações no Código Ambiental do Rio Grande do Sul, que flexibilizaram as exigências ambientais, inclusive aprovando o autolicensing em determinadas situações. Na época, diferentes instituições se manifestaram criticamente, acusando o governo de promover um desmonte da legislação ambiental do estado. A FEPAN (Fundação Estadual do Meio Ambiente), por exemplo, publicou nota técnica, afirmando que as alterações encerravam “uma das mais contundentes modificações e fragilizações do patrimônio ambiental do estado do Rio Grande do Sul”, acusando o governo de comprometer-se com as facilidades e descomprometer-se com os valores ambientais (Cadoná, 2024).

política que se coloca na contramão do que a ciência do clima demonstra, agora constatando que o atual quadro climático é dramático, já que a temperatura global em 2024 alcançou 1,5º acima do nível pré-industrial, o que coloca em xeque o objetivo traçado no Acordo de Paris, em 2015. E na contramão do que o Plano Nacional de Mudança do Clima, seguindo orientação internacional difundida pelas Nações Unidas, já indicou como diretriz estratégica aos gestores públicos: a *mitigação* (ações para reduzir as emissões e aumentar os sumidouros de gases de efeito estufa) e a *adaptação* (ações para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima) (Brasil, 2008).

3 AS PROPOSTAS POLÍTICAS DOS/AS CANDIDATOS/AS ELEITOS PARA OS EXECUTIVOS MUNICIPAIS EM 2024

Como referido anteriormente, na análise dos projetos políticos que sustentam os compromissos eleitorais assumidos pelos/as candidatos/as ao executivo municipal, eleitos nas eleições ocorridas em outubro de 2024, consideramos como referência empírica dez municípios, localizados nos Vales do Rio Taquari e Rio Pardo, mais severamente foram atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul nessas duas regiões.

Sob o ponto de vista dos caminhos que adotamos, nos orientamos em dados apresentados pelos/as candidatos/as à justiça eleitoral durante as eleições municipais de 2024. Dados que consideram diferentes informações, dentre as quais: pessoais, do/a candidato/a (nome, estado civil, idade, gênero, cor/raça, etnia indígena, se quilombola, escolaridade, ocupação, nacionalidade); sobre situações em que os/as candidatos/as concorriam à reeleição; sobre as composições partidárias das coligações; sobre o nome do/a candidato/a ao cargo de vice-prefeito/a; sobre a participação do/a candidato/a em eleições anteriores; sobre os bens declarados pelo/a candidato/a; e sobre as propostas da coligação (TSE, 2025).

A partir desses dados, considerando os/as candidatos/as que venceram as eleições para os executivos municipais em 2024 nos dez municípios selecionados, analisamos: a) as continuidades e as mudanças que ocorreram nos executivos municipais; b) a filiação partidária do/a prefeito/a eleito/a, bem como das composições

partidárias que os/as apoiaram; c) a identificação, nas propostas das coligações, de preocupações com as enchentes e as crises climática e ambiental; d) as propostas apresentadas. Após essa apresentação, então, analisamos os projetos políticos sustentam os programas vencedores, de enfrentamento às enchentes e às crises climática e ambiental.

3.1 As coligações político-partidárias vencedoras

Dos/as candidatos/as eleitos/as nas eleições municipais de 2024, nos dez municípios selecionados, metade concorreu à reeleição, aos quais se soma a prefeita eleita em Lajeado, que já ocupava o cargo de vice-prefeita do município (Quadro 2).

Quadro 2 – Prefeitos/as eleitos/as nas eleições municipais de 2024, em municípios selecionados e por reeleição

Municípios	Candidato/a eleito/a	Ocorreu reeleição no município?
Candelária	Nestor Ellwanger	Sim
Cruzeiro do Sul	César Marmitt	Não
Encantado	Jonas Calvi	Sim
Estrela	Carine Schwingel	Não
Lajeado	Gláucia Schumacher	Sim
Marques de Souza	Fábio Mertz	Sim
Muçum	Mateus Trojan	Sim
Roca Sales	Jones Wunsch	Não
Sinimbu	Wilson Molz	Não
Venâncio Aires	Jarbas da Rosa	Sim

Fonte: TSE, 2025. Dados organizados pela equipe da pesquisa.

Como já destacamos, as eleições municipais de 2024 ocorreram num momento em que as gestões municipais ainda estavam diretamente envolvidas com o enfrentamento das consequências das enchentes ocorridas nos meses de abril e maio daquele ano. A constatação quanto à continuidade dos governos no maior número desses municípios, mas também em relação às mudanças de governantes nos demais, não autoriza conclusões definitivas sobre como as populações se posicionaram em relação às ações dos governos municipais diante das enchentes. É possível que nem as propostas dos candidatos, nem suas ações diante das enchentes, tenham sido fatores determinantes na definição do voto do eleitorado. É

também possível que, tanto em municípios onde ocorreu reeleição, quanto em municípios onde não ocorreu, o eleitorado tenha considerado a postura dos governantes diante das enchentes, mais do que as propostas que apresentaram visando enfrentar suas consequências. É possível que os candidatos reeleitos tenham conseguido se deslocar das responsabilidades, diante dos problemas e dificuldades enfrentados nas enchentes. Inclusive é possível que, em alguns municípios, a não continuidade dos governos tenha ocorrido devido à demora e às dificuldades do poder público em dar respostas esperadas. Como, nessa última possibilidade, manifestou o então prefeito de Roca Sales, Amilton Fontana, em entrevista concedida ao jornal Estadão, após não conseguir eleger seu sucessor:

“Acredito que tudo isso prejudicou muito, porque o tempo das pessoas não é o mesmo que o poder público tem. Todo mundo precisa para ontem e o município tem a questão burocrática, então a gente não consegue atender no tempo que as pessoas precisam” (Ferreira, 2024).

Em relação às composições político-partidárias que venceram as eleições municipais de 2024, foram os partidos de centro-direita⁴ que se destacaram nos municípios analisados. Dentre os/as prefeitos/as vencedores, 05 são do Partido Progressista (PP), 01 do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 01 do União Brasil (UNIÃO), 01 do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 01 do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e 01 do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nas composições das coligações, os partidos que a partir de 2025 estão representados nas gestões municipais são: Federação PSDB/Cidadania – 06 gestões; PP – 05 gestões; MDB – 04 gestões; Partido Liberal (PL) – 03 gestões; Podemos – 02 gestões; União – 02 gestões; Republicanos – 02 gestões; Partido Social Democrático (PSD) – 02 gestões; Novo – 01 gestão; PSB – 01 gestão; PDT – 01 gestão (Quadro 3).

Quadro 3 – Partidos e Composições das Coligações eleitas nas eleições municipais de 2024, por municípios selecionados

Município	Partido do/a Prefeito/a Eleito/a	Composição Partidária da Coligação Eleita
-----------	----------------------------------	-------------------------------------------

⁴ Estamos considerando uma classificação adotada pelo Observatório das Eleições, segundo a qual: União, PP, PL, PSD, PTB, Republicanos, Podemos, PRD, Novo, Agir, DC, PMB e PRTB – são partidos de “direita”; MDB, PSDB, Avante, Solidariedade, Cidadania, PV e Mobiliza são partidos de “centro”; e PSB, PT, PDT, PCdoB e Rede são partidos de “esquerda” (Melo, 2024).

Candelária	PP	PP, MDB, PL, Federação PSDB/Cidadania
Cruzeiro do Sul	PP	PP
Encantado	PSDB	MDB, Podemos, União, Federação PSDB/Cidadania
Estrela	UNIÃO	Podemos, União, Federação PSDB/Cidadania
Lajeado	PP	PP, PL, Federação PSDB/Cidadania, Republicanos, Novo
Marques de Souza	PP	Republicanos, PP, PL
Muçum	MDB	MDB, PSD
Roca Sales	PP	PP, Federação PSDB/Cidadania
Sinimbu	PSB	PSB, Federação PSDB/Cidadania
Venâncio Aires	PDT	PDT, Republicanos, MDB, PSD

Fonte: TSE, 2025. Dados organizados pela equipe da pesquisa.

Esses dados ganham importância quando consideradas as posições políticas e ideológicas que os partidos políticos manifestam em relação às questões climática e ambiental. Ainda que não se possa afirmar que existe uma relação mecânica entre as organizações locais e as referências estaduais e nacionais, trata-se de um indicador importante das orientações políticas e ideológicas assumidas pelos partidos políticos.

Em pesquisa realizada em 2015, tomando como referência empírica as páginas dos partidos na Internet e os programas partidários, Barros constatou um “expressivo interesse” dos principais partidos políticos brasileiros com a “agenda ecológica”, identificando quatro perfis partidários no debate sobre “governança ecológica”: 1. o bloco “desenvolvimentista”, no qual inclui o PT, o então PMDB (agora MDB), o PSB, além de outros partidos de centro e de centro-esquerda, “comprometidos com pautas de governança ecológica atrelada ao progresso econômico e ao desenvolvimento de setores considerados estratégicos para a economia brasileira” (agropecuária, indústria, energia, ciência e tecnologia) (Barros, 2015, p. 723); 2. o bloco dos “críticos ao capitalismo”, no qual inclui o Partido Comunista do Brasil – PCdoB, o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, O Partido Comunista Operário – PCO, o Partido Comunista Brasileiro – PCB, o PDT, no qual o que há de comum “é a matriz ideológica de orientação socialista”, chegando a “propor um modelo estatal capaz de remodelar o sistema produtivo capitalista, considerado mola de uma economia predatória, que

explora irracionalmente a natureza e causa o desequilíbrio dos ecossistemas” (Barros, 2015, p. 723); 3. o bloco dos “preservacionistas”, constituído por PP, PTB, PSD, DEM, no qual predomina uma “abordagem de orientação biocêntrica que defende a natureza como um valor a ser preservado, mediante a patrimonialização de áreas naturais específicas” (paisagens e recursos naturais, assim como espécimes animais, florestas e lagos) (Barros, 2015, p. 713); 4. e o bloco dos partidos “ecologistas sistêmicos” (Partido Verde – PV; Partido Ecológico Nacional – PEN, atual Patriota), agrupados por defenderem “transformações sociopolíticas e culturais amplas, associando democracia e cidadania ecológica”, com pautas também amplas, compreendendo tema como cultura de paz, desarmamento, igualdade e justiça social, desenvolvimento regional (Barros, 2015, p.724).

Tão ou mais importante do que a definição desses perfis partidários, construídos a partir do que está expresso nos programas dos partidos, é o acompanhamento de como esses se posicionam em relação às temáticas climáticas e ambientais, em momentos de discussão e de tomada de decisões sobre as políticas de estado. Nessa direção, é importante considerar que o governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022), que “rasgou a agenda de meio ambiente no Brasil” (Observatório do Clima, 2023), foi apoiado por um bloco amplo de partidos políticos, tanto da centro-direita quanto da direita e da extrema-direita. Além disso, pelo menos desde o governo interino de Michel Temer (2016 – 2018) o Congresso Nacional discute medidas de “flexibilização” (neologismo para encobrir o interesse em deslegitimar mecanismos de controle público e garantir uma regulamentação pelo próprio mercado) das legislações ambientais, sendo amplamente apoiadas essas medidas principalmente pelos partidos políticos que estão situado no campo da direita.

Num período mais recente, inclusive, o Senado aprovou o polêmico Projeto de Lei 2.159, que flexibiliza as normas para licenciamento ambiental. Na votação, 54 senadores/as votaram favoráveis ao Projeto, e 13 senadores/as votaram contrários. Dos que votaram a favor do Projeto, 07 senadores/as são do MDB, 01 do Novo, 01 do PDT, 12 do PL, 04 do Podemos, 06 do PP, 01 do PSB, 09 do PSD, 03 do PSDB, 04 do Republicanos, 06 do União Brasil. E dos que votaram contra o Projeto, 02 são do PDT, 01 do PSB, 02 do PSD e 08 do PT (Matsui, Saravia, 2025). Votação, portanto, que revela uma tendência histórica muito clara: as “reformas” orientadas pelo ideário

neoliberal são aprovadas, fundamentalmente, através do voto de representantes de partidos políticos que se colocam no campo da centro-direita.

3.2 As propostas relacionadas às enchentes e às crises climática e ambiental

Dentre os planos de governo registrados na justiça eleitoral, dos/as 10 candidatos/as eleitos/as prefeitos/as considerados/as, 02 não têm uma seção específica de propostas relacionadas à “reconstrução” ou “resiliência ambiental”, o que sugere uma menor preocupação, seja com o tema das enchentes, seja com o tema das mudanças climáticas. E a maioria dos planos limita-se a apresentar ações concretas, ainda que há aqueles nos quais são feitas considerações acerca da gravidade das enchentes e da necessidade de o poder público municipal preocupar-se com eventos futuros.

A importância de cuidar do meio ambiente nunca foi tão evidente. A recente série de enchentes que assolou o Rio Grande do Sul é apenas um dos muitos lembretes dolorosos de como nossas ações impactam diretamente o equilíbrio do lugar onde vivemos. Os eventos catastróficos não só causam perdas materiais e humanas, mas também servem como um alerta urgente sobre a necessidade de priorizar a preservação ambiental em todas as nossas atividades cotidianas (Plano de Governo. Coligação Para Frente Venâncio: PDT – MDB – PSD – Republicanos, p. 30. TSE, 2025).

Assim, um compromisso voltado à reconstrução da cidade a partir dos estragos provocados pelas cheias, bem como ações de prevenção para evitar que novos eventos do tipo causem prejuízos semelhantes, é essencial para garantir que Lajeado se recupere da tragédia e possa se provar resiliente para eventos futuros. Reconstruir será essencial para retornarmos à normalidade e prevenir é fundamental para seguirmos para um futuro ainda melhor para Lajeado (Plano de Governo. Coligação Pra Frente Lajeado: PP – Novo – Federação PSDB/Cidadania – PL – Republicanos, p. 6. TSE, 2025).

Pode parecer que, nesses dois casos, os/as candidatos/as eleitos/as situam as enchentes de 2024 no quadro das alterações globais do clima. Mas não se trata disso. No primeiro caso, as enchentes são entendidas como um “lembrete doloroso de como nossas ações impactam diretamente o equilíbrio do lugar onde vivemos”; no segundo, as ações de reconstrução são indicadas como essenciais para “retornarmos à normalidade”. Nenhuma relação, portanto, com a compreensão sobre as mudanças globais do clima, um fenômeno que está muito além da situação local e que não mais autoriza expectativas de “retorno à normalidade”. Nos outros oito casos, a ausência

de menção às mudanças climáticas indica a mesma incompreensão quanto à relação entre as enchentes e as alterações do clima em curso no planeta.

Esta constatação (incompreensão da relação entre as enchentes e as mudanças climáticas) é fundamental para a leitura das propostas concretas de preservação/recuperação ambiental e de reconstrução dos danos das enchentes, presentes nos planos de governo analisados. Isoladas do quadro climático geral, propostas sobre “meio ambiente”, “reconstrução”, “resiliência” etc. seguem na linha do discurso ambiental difundido nas últimas décadas, que não incorpora a visão científica sobre a urgência climática. Qualquer gestor público ciente da urgência climática parte da premissa da urgência em promover ações articuladas de mitigação e adaptação.

As variadas propostas podem ser aglutinadas em quatro eixos principais: 1. ações de reconstrução da infraestrutura do município; 2. ações de qualificação da defesa civil dos municípios; 3. ações de promoção de educação ambiental; 4. ações de adaptação e de cuidados ambientais, visando criar resiliência ambiental (Quadro 4).

Quadro 4 – Ações apresentadas pelos/as candidatos/as ao executivo municipal, eleitos/as nas eleições de 2024, em municípios selecionados

Eixos Temáticos:	Ações Propostas:
Reconstrução da Infraestrutura	<p>Programa de Construção de Moradias, visando atender demandas de famílias atingidas pelas enchentes e em áreas de risco.</p> <p>Requalificação das áreas urbanas degradadas, priorizando a criação de bairros com infraestrutura adequada.</p> <p>Reconstruir pontes e estradas atingidas pelas enchentes.</p> <p>Recuperação das conexões viárias dentro da cidade e com municípios vizinhos.</p> <p>Reconstrução de estruturas de serviços públicos prejudicadas pela enchente.</p> <p>Acompanhamento dos projetos habitacionais voltados ao atendimento da população desabrigada pelas enchentes, realizados pelos governos federal e estadual e por entidades privadas com contrapartida do município.</p> <p>Manutenção, pelo tempo necessário, do aluguel social custeado pelo município às famílias afetadas pelas enchentes.</p> <p>Realizar a infraestrutura completa dos novos loteamentos habitacionais.</p> <p>Construir as intervenções de baixo custo nas áreas totalmente destruídas, transformando esses locais em espaços de lazer, preservação e reflorestamento.</p>

		Implementar um Programa de recuperação e conservação da fertilidade dos solos.
Qualificação da Defesa Civil	da	<p>Ampliar e qualificar a estrutura e a equipe de atendimento da Defesa Civil.</p> <p>Criar Fundo de Contingência para Ações Necessárias.</p> <p>Criação de órgão responsável por ações de enfrentamento e gestão de riscos e emergências.</p> <p>Criação ou aperfeiçoamento de serviço para monitorar e antecipar problemas climáticos.</p> <p>Estudar a viabilidade de criação de um Corpo de Bombeiros Voluntários.</p> <p>Encontrar alternativas para qualificar o sinal de telefonia móvel em situações de calamidade.</p> <p>Instituir Grupo de Prevenção, Controle e Mitigação dos Efeitos Climáticos, com efetiva participação da sociedade, empresas e voluntários.</p>
Educação Ambiental		<p>Promover vivências ambientais na educação.</p> <p>Desenvolver campanhas de conscientização sobre a importância da preservação ambiental.</p> <p>Elaborar e difundir material informativo atualizado sobre áreas de risco, atitudes de risco, como prevenir desastres e como agir em alarmes de emergência.</p> <p>Promover parcerias com sindicatos, Emater, para desenvolver cultura de revitalização e regeneração das APPs.</p> <p>Implementação de sistemas de comunicação eficazes, como sirenes e alertas, especialmente em regiões propensas a enchentes, para qualificar os avisos à população residente em áreas de risco.</p> <p>Parceria com órgãos técnicos para mapeamento e disponibilização de forma online de informações sobre as cotas altimétricas e informações de inundação em cada uma das regiões da cidade.</p> <p>Instituir a Política Municipal de Educação Ambiental e implementar um Programa Municipal de Educação Ambiental que definam metas e ações para a execução da educação ambiental formal e não formal.</p> <p>Adquirir rede de estações automatizadas de monitoramento pluviométrico e altura do Rio, para prevenção e alerta; instalar sistema de alerta em áreas de risco.</p>
Adaptação Cuidados Ambientais	e	<p>Criação ou Aperfeiçoamento de Planos Municipais de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.</p> <p>Implantação de Programas de Pagamentos de Serviços Ambientais.</p> <p>Qualificar e melhorar a coleta seletiva de lixo no município.</p> <p>Implementar sistemas de drenagem e construir muros de contenção (diques) para proteger a cidade contra enchentes e desastres naturais.</p> <p>Ações vinculadas à limpeza, ao desassoreamento e à dragagem.</p> <p>Estruturar o Plano de Contingência Municipal, visando minimizar os impactos sociais dos eventos climáticos.</p> <p>Buscar a manutenção da extração de cascalhos do Rio Taquari, inclusive, licenciando novos pontos.</p>

	<p>Local para acomodação das pessoas em caso de necessidade de remoção de famílias.</p> <p>Plano hidrológico para definição e instalação de novo reservatório e fonte de captação de água para o município, especialmente em tempos de seca.</p> <p>Manter o Convênio Mata Atlântica com o Estado, agilizando significativamente os licenciamentos ambientais, com a devida responsabilidade legal.</p> <p>Incentivar ações de reflorestamento e recuperação das matas ciliares.</p> <p>Elaborar projetos para captação de recursos para saneamento básico e qualificação das redes de água urbana e rural, cumprindo as diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento.</p> <p>Reduzir áreas de risco, com planos emergências de habitação social, priorizando famílias em situação de risco e baixa renda.</p> <p>Realizar estudos de impacto ambiental e implementar medidas de mitigação, incluindo a manutenção e desobstrução de rios e bueiros, como o Rio Arroios, para prevenir enchentes.</p> <p>Executar plano de arborização com o objetivo de melhorar a qualidade ambiental, estética e social da nossa cidade.</p> <p>Investir em projetos de infraestrutura verde, como parques e sistemas de drenagem sustentável para mitigar os impactos de desastres ambientais.</p> <p>Fomentar a implantação de sistema de energia renovável e implantar programas de eficiência energética em prédios públicos.</p> <p>Implantar Plano de Adaptação Climática, conforme documentos internacionais da ONU, e investimentos em prevenção, gerenciamento e governança social de ações que reduzam a vulnerabilidade a extremos climáticos.</p> <p>Avaliação e medidas de contingência para prédios públicos em cotas sensíveis a eventos extremos, reduzindo impactos futuros.</p> <p>Incentivar a instalação de novos loteamentos privados.</p> <p>Desenvolver o novo Plano Diretor, definindo a delimitação de áreas construtivas, com o objetivo de garantir a expansão urbanística responsável.</p> <p>Integração com os governos Estadual e Federal para elaboração de projetos de grande porte na bacia do Taquari-Antas visando a contenção e redução de grandes cheias, com a avaliação de melhores técnicas (bacias de contenção, represas, barragens, dragagem, etc.), de forma a evitar eventos extremos acima da cota 30.</p> <p>Aproximação e diálogo constante com setor acadêmico, órgãos estaduais e federais e Comitê Taquari-Antas em busca de soluções de curto, médio e longo prazos.</p> <p>Implementar políticas públicas de incentivo, fortalecimento e estruturação de cooperativas e associações de catadores de recicláveis.</p> <p>Ampliar o programa de compostagem doméstica, através do fornecimento de composteiras e da realização de capacitações de manejo do composto e de uso do adubo.</p> <p>Estimular a Implantação de Usina de Energia Solar Municipal para custear despesas com a energia dos prédios públicos.</p> <p>Implementar soluções inovadoras para a central de triagem de resíduos, de modo a atender as necessidades de geração de resíduos do Município.</p> <p>Criar o Departamento Municipal de Proteção aos Animais.</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	Manter e ampliar o trabalho do Comitê Municipal de Proteção das Nascentes, destinando recursos e metas anuais de recuperação.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Propostas de Governo de municípios selecionados. TSE, 2025. Dados organizados por equipe de pesquisa.

As *ações de reconstrução* têm duas direções principais: programas de construção de moradias para famílias atingidas pelas enchentes, incluindo em vários casos o deslocamento para áreas com infraestrutura adequada e em locais que não apresentam riscos ambientais; e a reconstrução de estradas, pontes e conexões viárias atingidas pelas enchentes. Interessante notar que em vários municípios ocorreram danos na infraestrutura de atendimento à população (escolas, instituições de saúde etc.) (IBGE, 2024), que não aparecem nas ações de reconstrução, como prioridade nos planos de governo. Também não há referências ao apoio psicossocial às populações, apesar dos traumas, dos sentimentos de insegurança e incerteza e do adoecimento psíquico verificados nos municípios.

A *preocupação com a defesa civil* está presente em todos os planos de governo. Em todos os planos são mencionadas ações que visam ampliar, qualificar, tanto a estrutura quanto a equipe da Defesa Civil; em alguns casos, inclusive, há propostas de ampliação dos serviços de prevenção, com maior integração do corpo de bombeiros ou criação de grupos de prevenção. A este respeito, cabe lembrar que a preocupação com a defesa civil geralmente vem impregnada da noção de uma atuação centralizada em certos órgãos públicos, que têm estruturas precárias na maioria dos municípios, atuando com abordagens que não consideram a complexidade implicada em eventos climáticos extremos.

Ademais, no Brasil predomina ainda um “projeto de defesa civil” que enfatiza “o resgate e o salvamento” como aspectos centrais de atuação (IPEA, 2025). Um projeto: que tende a enfatizar o saber militar (é simbólico que algumas propostas de governo façam referência à importância de uma maior integração do corpo de bombeiros e, mesmo, da brigada militar nas ações de defesa civil); que tem grande dificuldade para prestar assistência humanitária, entendendo o princípio da integralidade não restrito à acomodação das populações atingidas; que restringe a atenção à reconstrução da infraestrutura pública afetada; que aceita que os danos devem ser assumidos pela

população afetada; que desconhece danos psicossociais sofridos pelos afetados como parte de seu campo de ação (IPEA, 2025, p. 11).

Se a preocupação com a “qualificação” da defesa civil está presente em praticamente todos os planos de governo, na mesma direção os/as candidatos/as eleitos/as em 2024 apostam na *educação ambiental* como estratégia de conscientização da população, visando maior resiliência e maior capacidade local de mitigação ambiental. Embora a ênfase esteja na educação escolar, há também propostas que visam alcançar a população como um todo. Aqui recoloca-se a questão assinalada anteriormente: a incompreensão das mudanças climáticas globais como causas profundas das enchentes faz toda a diferença. A educação ambiental nos dias atuais deve necessariamente contemplar a educação climática. Não faz mais sentido discutir o tema das águas, das árvores e do lixo, por exemplo, sem considerar seu vínculo com as alterações do clima. Além disso, cabe observar que é ilusória a ideia de que a população “educada ambientalmente” seja capaz de implementar ações de mitigação e adaptação ambiental/climática. A educação é um elemento importante, mas deve estar associada a um projeto sociopolítico de transformação no modo de vida humano e na economia, que requer políticas públicas e mobilização social ampla. A “conscientização ambiental” dissociada de políticas públicas pode ser uma forma de transferência de responsabilidades públicas para o ativismo individual, coerente com o discurso do “protagonismo da sociedade”, do “civis salvam civis”, do “nós por nós”, comum no contexto das enchentes de 2024.

Por fim, as ações de “adaptação e cuidados ambientais”, também presentes em todos os planos de governo, de modo geral são indicadas propostas de ação que se vinculam à construção de uma maior resiliência dos municípios diante da possibilidade de novas enchentes. Assim, são apresentadas propostas de melhor gerenciamento de resíduos sólidos, de pagamento de serviços ambientais, de criação de sistemas de drenagem, de limpeza e desassoreamento de rios, de locomoção de famílias que residem em áreas de risco. O que não significa que não se perceba, em alguns casos, preocupações com reflorestamento e recuperação de matas ciliares, com estudos de impacto ambiental e medidas de mitigação, com ações que visam qualificar usos de energia, com investimento em projetos de infraestrutura verde, mesmo com a “apresentação de plano de adaptação climática”; contudo, propostas

que são circunscritas por preocupações imediatas, de evitar que eventos futuros possam provocar danos e problemas que foram observados com as enchentes de 2024.

No limite, mas não presente em todos os planos de governo analisados, os/as candidatos/as eleitos/as indicaram possibilidades de compromisso com ações vinculadas à redução de riscos de novos “desastres climáticos”; numa direção que, inclusive, pode dialogar com orientações propostas por instituições globais, como é o caso do Marco do Sendai para a Redução de Riscos de Desastres, acordo adotado pela ONU (Organização das Nações Unidas), com o objetivo de reduzir os riscos de desastres e suas consequências. Orientações que, nesse sentido, estão comprometidas com compreensão dos riscos, com a criação de sistemas de governança e gerenciamento de riscos, com investimentos visando medidas preventivas, com a melhora da capacidade de resposta aos desastres climáticos.

Distantes, portanto, de propostas comprometidas com a compreensão das causas dos desastres climáticos. Mas mais do que isso: distantes de compromissos com uma política ambiental, definida a partir de diretrizes, de objetivos, de instrumentos fundamentados em princípios, em valores e em ações não somente de proteção e de preservação do meio ambiente, mas também numa concepção de desenvolvimento capaz de equilibrar necessidades econômicas, sociais e ambientais.

4 CONCLUSÕES

A análise dos planos de governo dos/as eleitos/as em 2024 aos governos municipais nos dez municípios mais atingidos pelas enchentes de abril/maio de 2024 no Rio Grande do Sul permitiu aferir em que medida a mais grave catástrofe climática já registrada no estado impacta a compreensão dos gestores públicos sobre o quadro climático global e as tarefas colocadas às administrações públicas locais.

Considerando o conjunto dos dez planos de governo, observa-se a quase ausência de estratégias de *mitigação climática*, as quais dialogam diretamente com o enfrentamento das causas da crise climática. Excetuando algumas ações - reflorestamento e arborização urbana (importantes para a absorção de CO₂ atmosférico) e incentivo ao uso de energia solar – o foco dos planos de governo são

ações de reconstrução dos danos causados pelas enchentes e adaptação aos impactos climáticos. Não se observa o compromisso dos/as eleitos/as com a implementação de ações sistemáticas para reduzir o uso de combustíveis fósseis, impulsionar o uso de biocombustíveis e energias limpas, priorizar o transporte coletivo, reduzir o consumismo e reorientar a educação ambiental para a adoção de diretrizes da ciência do clima e da legislação climática nacional.

Estas constatações são coerentes com a configuração partidária/ideológica dos dos/as eleitos, na sua maioria situados à direita e extrema-direita do espectro político. Tanto no plano nacional como no plano internacional, o negacionismo climático tem mais adesões no campo da direita e extrema-direita. Os principais líderes políticos negacionistas pertencem à extrema-direita.

A destrutividade da catástrofe climática de 2024 não produziu, portanto, um despertar político sobre as mudanças climáticas entre os/as gestores/as eleitos/as poucos meses após as enchentes. O projeto político subjacente aos planos de governo das novas administrações, mesmo nos municípios mais gravemente atingidos pela catástrofe nos vales do Rio Pardo e Taquari, parece ser o mesmo projeto anterior ao desastre.

REFERÊNCIAS

ANF (Agência de Notícias Francesa). Inundações na Espanha deixam quase 100 mortos. **Carta Capital**, 30 out. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/inundacoes-na-espanha-deixam-pelo-menos-51-mortos/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

BARROS, A. Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 3, dez. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional sobre Mudança do Clima**. Brasília: Comitê Interministerial Sobre Mudança do Clima, Decreto nº 6.263/2007, 2008.

BUHLER, E-A.; GAUTREAU, P.; OLIVEIRA, V. (Im)Pertinências de uma abordagem teórica: a neoliberalização da natureza. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, MG, v.32, p.551-564, 2020.

CADONÁ, M. Qual Reconstrução do Rio Grande do Sul? enchentes de 2024 e o projeto político de reconstrução da burguesia industrial. **Redes**, 29(1): p. 1-24, 2024.

CASSELLA, Vinicius. Senado vota nesta quarta a Lei Geral do Licenciamento Ambiental; veja principais pontos. **G1**, 21 mai. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/21/senado-vota-nesta-quarta-a-lei-geral-do-licenciamento-ambiental-veja-principais-pontos.ghtml>. Acesso em: 11 jun. 2025.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004.

FERREIRA, Paula. Prefeitos de cidades afetadas por enchentes no RS não conseguem se reeleger; veja como ficou. **Estadão**, 07 out. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/prefeitos-de-cidades-afetadas-por-enchentes-no-rs-nao-conseguem-se-reeleger-veja-como-ficou/?srsltid=AfmBOooyju0lJP42N62Bm_hsusKJ_oU_sNE5bNTG57R3wEBn8siglNw5. Acesso em: 12 jun. 2025.

FRASER, Nancy. **Capitalismo Canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados agregados das enchentes do Rio Grande do Sul**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/singedlab/>. Acesso em: 26 out. 2024.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Política Pública de Defesa Civil**: construção e fortalecimento. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Defesa_Civil/texto_base_1_conferencia_defesa_civil.doc. Acesso em: 14 jun. 2025.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: Harper Collins, 2003.

MELO, C. Quando partidos de direita ocupam o centro do sistema partidário. **Observatório das Eleições 2024**. Disponível em: <https://www.observatoriodaseleicoes.com.br/post/quando-partidos-de-direita-ocupam-o-centro-do-sistema-partid%C3%A1rio>. Acesso em: 12 jun. 2025.

OBSERVATÓRIO do Clima. Mapa da destruição: como Bolsonaro rasgou a agenda de meio ambiente no Brasil. **Observatório do Clima**, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/mapa-da-destruicao-como-bolsonaro-rasgou-a-agenda-de-meio-ambiente-no-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

PETRÓ, G. Quaest: 99% acreditam que tragédia no RS tem ligação com as mudanças climáticas. **G1**, 09 mai. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/09/quaest-64percent-acreditam-que-tragedia-no-rs-tem-ligacao-com-as-mudancas-climaticas.ghtml>. Acesso em 11 jun. 2025.

RIBEIRO, F. O paradigma ambiental na globalização neoliberal: da condição crítica ao protagonismo de mercado. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 2, p. 211-226, mai./ago. 2012.

RIZZOTTO, M. L.; COSTA, A. M.; LOBATO, L. Crise climática e os novos desafios para os sistemas de saúde: o caso das enchentes no Rio Grande do Sul/Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 141, abr.-jun. 2024.

MATSUI, N.; SARAIVA, L. Senado aprova novas regras para licenciamento ambiental; entenda. **Poder 360**, 21 mai. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/senado-aprova-novas-regras-para-licenciamento-ambiental-entenda/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SCHMIDT, João P. **Mudanças climáticas**: por que o mais grave problema da humanidade não se tornou o problema político nº 1? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2024.

SINIMBÚ, F. Brasil concentra 76% dos incêndios na América do Sul. **Agência Brasil**, 10 set. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-09/brasil-concentra-76-dos-incendios-na-america-do-sul>. Acesso em 11 jun. 2025.

STONE, D. **Policy paradox**: the art of political decision making. Nova York: Norton & Company, 2002.

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). **Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/regiao/SUL/2045202024>. Acesso em: 11 jun. 2025.

WORLD Weather Attribution. WEF discute riscos e estratégias para lidar com mudanças climáticas. Disponível em: https://www.alemdaenergia.engie.com.br/wef-2024-riscos-e-estrategias-para-lidar-com-mudancas-climaticas/?gad_source=1&gad_campaignid=20425590899&gbraid=0AAAApsmVNp_BfvKWo6Vh5jJzhQr4Uz1o&qclid=Cj0KCQjwu7TCBhCYARIsAM_S3NhSSwIRhJxuWEV8NyX0bGz2iEtHarPbFcpGthe0ejU9c6XmQDI-wg4aAl8TEALw_wcB. Acesso em: 11 jun. 2024.